

Acordo de Cooperação Internacional sobre Mobilidade Estudantil dentro da estrutura de um Programa de Intercâmbio Bilateral

ENTRE

A Universidade de Rennes (UnivRen),

Instituição Pública Experimental de caráter científico, cultural e profissional (EPE), localizada na 263 avenue du Général Leclerc - 35045 Rennes Cedex, França, representada por seu Presidente, David Alis, atuando em sua capacidade oficial sob os poderes que lhe foram concedidos por lei e pela deliberação do Conselho de Governadores da *Université de Rennes 1*,

Atuando em nome do IGR-IAE Rennes, localizado na 11 rue Jean Macé 35708 Rennes Cedex 7, Representado por sua Reitora, Pr. Hélène Rainelli Weiss, por um lado,

E

Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil

Uma instituição pública de ensino, pesquisa e extensão

Endereço: Avenida Presidente Castelo Branco S/N, Código 58051-900

Representado por seu reitor Valdiney Veloso GOUVEIA, por outro lado, Doravante

denominadas "Partes".

Tendo em vista o Código de Educação da França e, principalmente, os artigos L123-7 e D123-15 e seguintes;
Tendo em conta o decreto nº 2022-1474 de 24 de novembro de 2022 que cria a Universidade de Rennes;
Tendo em vista a deliberação do órgão competente da Universidade Federal da Paraíba que aprovou o presente Acordo em 24 de março de 2023;

Preâmbulo:

A Universidade de Rennes (IGR-IAE) e a Universidade Federal da Paraíba decidiram desenvolver um programa de intercâmbio bilateral que permite que os alunos matriculados nessas instituições se envolvam em uma mobilidade internacional para um desses dois países, a fim de aprimorar seu currículo acadêmico, realizar um período de estudos no exterior, aprimorar o domínio de um idioma estrangeiro e crescer pessoal e profissionalmente. Ambas as instituições fazem parte da rede do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas, que tem como objetivo apoiar as relações bilaterais entre o Brasil e a França por meio da criação de redes de colaboração científica e transferência de conhecimento no campo das ciências gerenciais.

Tendo em vista o acima exposto, foi acordado o seguinte:

Artigo 1: Objetivo do Acordo

O objetivo deste Acordo é determinar os termos administrativos, financeiros e educacionais da implementação da mobilidade estudantil internacional dentro da estrutura do programa de intercâmbio que ambas as Partes desejam estabelecer.

Artigo 2: Áreas temáticas

Este Contrato abrange todas as áreas temáticas comuns a ambas as Partes

Artigo 3: Objetivo do programa de intercâmbio de estudantes

Esse programa de intercâmbio de alunos é desenvolvido com base na reciprocidade e se enquadra em uma abordagem de qualidade referente à recepção, ao monitoramento e ao suporte de alunos com mobilidade internacional.

Até 2 (dois) alunos de cada instituição podem participar do programa durante todo o ano acadêmico. Se uma das instituições não puder cumprir o número de alunos acordado em um determinado ano, ela poderá enviar o número de alunos equivalente à diferença no ano seguinte, dentro do período total do programa de intercâmbio.

A universidade anfitriã aceita candidatos selecionados pela universidade de origem se os critérios e qualificações acadêmicos mutuamente aceitáveis forem atendidos. Entretanto, a universidade anfitriã se reserva o direito de tomar a decisão final com relação à admissão dos estudantes de intercâmbio.

Se um candidato não for aceito, outros candidatos poderão ser recomendados pela universidade de origem no prazo de um mês.

Ambas as universidades se comprometem a enviar as solicitações de intercâmbio preenchidas pelo menos quatro meses antes do início do período acadêmico.

Como parte da avaliação do acordo, dois alunos que participam do programa de intercâmbio por um período/semestre acadêmico são considerados equivalentes a um aluno que participa do programa por dois períodos/semestres acadêmicos.

No caso de uma das instituições desejar alterar o número acordado de alunos em um determinado ano, essa instituição deverá informar a outra instituição em junho de Y-1 para receber as boas-vindas em setembro de Y.

Artigo 4: Perfil do estudante / Elegibilidade para o programa de intercâmbio

O programa de intercâmbio está aberto a estudantes de pós-graduação de Rennes e estudantes de graduação ou pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os alunos podem participar se:

UFPB: estudantes de graduação, cursando pelo menos o terceiro ano de estudos na área de administração, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB);

Universidade de Rennes: para alunos registrados no Master 1, Master 2 ou no programa International Year em Rennes.

Os alunos devem se inscrever no programa de intercâmbio por meio de sua universidade de origem. Não serão aceitas inscrições diretas de alunos individuais como parte desse acordo.

A seleção dos alunos para esse programa de intercâmbio deve ser feita de forma imparcial e transparente.

4.1. Nível dos candidatos / Pré-requisitos

Os estudantes que se candidatarem a participar desse programa de intercâmbio devem:

- estar regularmente matriculado em sua instituição de origem; - ter um histórico acadêmico de bom a excelente.
- atender a todos os requisitos específicos de admissão estabelecidos pela universidade anfitriã, incluindo conhecimentos de idiomas (português, inglês ou francês, B2). O certificado de idioma deve ser emitido por uma instituição oficial reconhecida.
- ter uma carta de recomendação em português ou francês.

4.2. Procedimento de seleção

Os alunos serão selecionados em sua instituição de origem por professores competentes nas áreas relevantes, segundo os critérios estabelecidos de comum acordo pelas Partes e de acordo com o Artigo 4-1 deste Acordo.

Artigo 5: Duração do intercâmbio / Datas provisórias dos períodos de estudo

Os alunos são registrados como estudantes de intercâmbio na universidade anfitriã por um período/semestre acadêmico ou por no máximo um ano acadêmico. Um ano acadêmico na Universidade de Rennes inclui o 1º semestre (setembro a dezembro) e o 2º semestre (janeiro a abril). Um ano acadêmico na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) inclui o 1º semestre (fevereiro-julho) e o 2º semestre (agosto-dezembro).

Ao final do semestre de estudos na universidade anfitriã, os intercambistas devem retornar à sua universidade de origem. Não será permitida a prorrogação da estadia na universidade anfitriã, a menos que haja um acordo específico com a universidade de origem.

Artigo 6: Matrícula dos alunos selecionados

Após a indicação por sua universidade de origem, os intercambistas seguem o procedimento de inscrição em vigor na universidade anfitriã (formulário de inscrição, inscrição on-line).

Os intercambistas devem fornecer à instituição anfitriã sua inscrição e comprovante de seguro médico pelo menos sessenta (60) dias antes de sua chegada. Os intercambistas também podem se candidatar a alojamento em residências universitárias. Como o número de unidades habitacionais nas residências universitárias é limitado, a alocação de um quarto não é garantida e as solicitações são processadas com base na disponibilidade e nos critérios de elegibilidade aplicáveis. O seguro médico será providenciado de acordo com as leis aplicáveis do país de origem e deve atender às exigências da universidade anfitriã. Além disso, o aluno deve notificar a universidade anfitriã sobre sua chegada pelo menos trinta (30) dias antes da partida.

Os alunos selecionados serão matriculados, como alunos normais, em sua instituição de origem. Dessa forma, eles deverão pagar as taxas regulatórias de ensino universitário nessa instituição.

Eles também serão matriculados como "estudantes de intercâmbio" na instituição anfitriã. No entanto, eles não serão obrigados a pagar à Instituição Anfitriã nenhuma taxa de matrícula, mensalidade, exame, laboratório ou biblioteca, exceto por uma participação financeira ocasional e justificada de um valor limitado para serviços adicionais, da mesma forma que os alunos da Instituição Anfitriã.

Artigo 7: Validação do período de estudo

Os módulos escolhidos pelos alunos dentre os oferecidos pela instituição anfitriã devem ser aprovados pela autoridade competente da instituição de origem antes da partida dos alunos.

Dentro da estrutura desse programa de intercâmbio, ambas as instituições concordam em reconhecer o valor acadêmico do período de estudos no exterior por meio da assinatura de um contrato de estudos entre cada aluno e as instituições parceiras. O período de estudos será, portanto, considerado equivalente e parte integrante dos cursos em que os alunos estão matriculados em sua instituição de origem.

Este programa de intercâmbio estudantil não se destina à obtenção de um diploma estrangeiro. A Instituição Anfitriã, no entanto, emitirá aos alunos todos os documentos necessários para o reconhecimento em seu país de origem do período de estudos no exterior e utilizará as ferramentas destinadas a garantir uma compreensão clara da carreira acadêmica do aluno.

Quando aplicável, ambas as universidades podem aceitar créditos obtidos na universidade anfitriã de acordo com suas respectivas regras que regem a transferência de créditos.

Espera-se que os alunos em mobilidade enviem um relatório de fim de estadia para a instituição de origem, a fim de obter feedback sobre a recepção que tiveram.

Artigo 8: Providências de recepção e apoio aos estudantes de intercâmbio

De acordo com o princípio da reciprocidade, os alunos participantes deste programa de intercâmbio serão tratados pela Instituição Anfitriã da mesma forma que os alunos pertencentes à Instituição Anfitriã. Como tal, eles se beneficiarão dos mesmos direitos e serviços e estarão sujeitos aos mesmos regulamentos, que devem ser levados ao seu conhecimento, especialmente aqueles relativos aos horários de estudo e às regras de saúde e segurança em vigor na Instituição Anfitriã.

8.1. Formalidades administrativas: documentos de identidade e vistos de estudante

É responsabilidade de cada intercambista ter cumprido todas as formalidades necessárias para viajar ao país anfitrião (carteira de identidade nacional, passaporte, visto, dependendo do país) antes da partida. As instituições parceiras fornecerão informações sobre isso aos alunos.

8.2. Saúde / Seguro / Assistência

Durante todo o período de estudos no exterior, os alunos permanecerão afiliados ao sistema de seguro de saúde de seu país de origem. No entanto, eles deverão contratar um seguro de saúde adicional, válido para o país e para a duração do intercâmbio, e fornecer comprovante dessa cobertura à Instituição Anfitriã.

Os alunos não europeus matriculados na Universidade de Rennes devem se inscrever no sistema de seguridade social francês ao chegarem à França.

Os alunos também deverão fazer um seguro de responsabilidade civil. Qualquer que seja o país de destino, os alunos deverão contratar uma cobertura de seguro para assistência médica, repatriação por motivos médicos, assistência jurídica, bem como seguro contra acidentes individuais.

Ambas as instituições se comprometem a fornecer informações adequadas aos alunos que participam do programa de intercâmbio.

8.3. Acomodação / Viagem / Despesas pessoais

As Partes não serão responsáveis por quaisquer despesas de acomodação, alimentação, viagem e outras despesas pessoais (inclusive livros). Essas despesas ficarão a cargo dos estudantes participantes do programa de intercâmbio.

No entanto, a instituição anfitriã se compromete a informar os alunos sobre as possibilidades de acomodação antes de sua chegada e a ajudá-los a encontrar uma acomodação adequada para a duração do intercâmbio. Na Universidade de Rennes, se os alunos tiverem solicitado acomodação em uma residência estudantil e essa solicitação tiver sido aceita pelo CROUS, um certificado de alocação será enviado a eles pelo CROUS e/ou pelos serviços de relações internacionais da Universidade de Rennes, conforme estipulado no formulário de solicitação de visto.

Se os alunos optarem por encontrar acomodação no setor de aluguel privado: de acordo com os regulamentos de aluguel da França, os alunos estrangeiros são responsáveis por confirmar sua acomodação de aluguel, fornecendo todos os documentos necessários e pagando todas as quantias devidas.

A instituição anfitriã se reserva o direito de suspender a emissão do histórico escolar se todas essas taxas não forem pagas.

8.4. Boas-vindas aos estudantes de intercâmbio

Ambas as universidades concordam em trabalhar juntas para ajudar a integrar os intercambistas à vida estudantil do campus anfitrião. A universidade anfitriã tomará as medidas adequadas para garantir condições essenciais de vida, como segurança física e confidencialidade para os intercambistas. Além disso, a universidade anfitriã se esforçará para oferecer aos alunos uma orientação na chegada e um sistema de apoio à orientação para a vida cotidiana. Cada instituto trabalhará para oferecer treinamento no idioma nativo do país anfitrião.

Em Rennes, é organizada uma sessão de orientação para estudantes estrangeiros de intercâmbio. São organizados cursos de francês como idioma estrangeiro e os alunos de intercâmbio são incentivados a participar (1 semestre gratuito, outro semestre pago).

8.5. Auxílio financeiro

Os alunos que participam do programa de intercâmbio podem, quando apropriado, se beneficiar da assistência financeira de sua universidade de origem e/ou de subsídios ou bolsas de estudo do governo de seu país de origem.

8.6. Procedimentos disciplinares

Os estudantes de intercâmbio devem obedecer às regras, regulamentos e código de conduta da universidade anfitriã.

Se um estudante de intercâmbio violar essas regras, regulamentos e código de conduta, a universidade anfitriã se reserva o direito de demitir o estudante a qualquer momento. A demissão de um estudante não anula o acordo ou as disposições para os outros participantes.

Durante o período de matrícula, os intercambistas devem obedecer às leis e regulamentos dos países e universidades anfitriãs. Os estudantes assumem total responsabilidade por suas ações. As universidades anfitriãs se esforçarão ao máximo para fornecer aos alunos informações sobre os riscos que poderão enfrentar durante o intercâmbio.

Artigo 9: Financiamento

Não são necessários acordos financeiros específicos.

Artigo 10: Monitoramento e coordenação do programa de intercâmbio

Esse programa de intercâmbio está sob a responsabilidade e a coordenação da :

Para a IGR-IAE Rennes Graduate School of Management, Universidade de Rennes, o Escritório Internacional será responsável (IGR-IAE Rennes - 11 rue Jean Macé - CS 70803 - 35708 Rennes Cedex 7 - França). E-mail: igr.international@univ-rennes.fr

Lucilene Klenia Bandeira Rodrigues, chefe do Mestrado em Gestão de Organizações de Aprendizagem ou o Prof. Walmir Rufino da Silva, chefe do programa de intercâmbio.

E-mail: klenia.bandeira@gmail.com; ou walmiruf@uol.com.br

Uma avaliação dessa parceria será realizada na metade de seu período de implementação. Essa avaliação será conduzida pelos coordenadores mencionados acima.

Artigo 11: Confidencialidade

Ambas as Partes se comprometem a tratar como confidenciais todas as informações trocadas entre elas, independentemente de sua natureza (documentos, sistemas, software, know-how, métodos, conhecimento, etc.), e a usar essas informações somente na implementação deste Contrato.

Ambas as Partes se comprometem a não divulgar ou comunicar qualquer informação confidencial a qualquer pessoa que não seja membro de sua equipe que necessite ter conhecimento de tais informações no contexto da

implementação deste Acordo ou de suas emendas. Ambas as Partes tomarão as medidas necessárias para garantir o cumprimento dessas obrigações de confidencialidade por parte de seus funcionários.

Essas obrigações não se aplicarão a qualquer informação que já seja conhecida pela outra Parte antes de seu recebimento ou que esteja disponível publicamente.

Artigo 12: Publicação

Qualquer publicação ou comunicação, por uma das Partes, de informações sobre os resultados ou o know-how obtidos no âmbito do presente Acordo e das suas alterações exigirá, durante a vigência do Acordo e nos anos seguintes, o consentimento por escrito da outra Parte, que dará a conhecer a sua decisão no prazo máximo de dois meses a contar da data do pedido. Uma vez expirado esse prazo, e na ausência de resposta, considerar-seá que a outra Parte recusou a autorização para publicar e comunicar as informações.

Essas publicações e comunicações devem especificar a contribuição feita por cada Parte.

Artigo 13: Propriedade intelectual

13.1. Conhecimento prévio

Cada Parte manterá a propriedade total de seu conhecimento, seja qual for a natureza desse conhecimento e esteja ele protegido ou não por direitos de propriedade intelectual (patentes, design, modelo, marca registrada, direitos autorais, etc.).

13.2. Resultados específicos da universidade

Cada Parte terá a propriedade total dos resultados e descobertas obtidos por conta própria durante a vigência deste Acordo e de suas emendas, independentemente de esses resultados poderem ou não ser protegidos pela legislação de propriedade intelectual. Cada Parte será responsável por decidir e tomar, sozinha, todas as medidas de promoção e proteção que julgar necessárias.

13.3. Resultados conjuntos

Todos os resultados e descobertas obtidos no contexto do trabalho realizado em comum serão de propriedade conjunta das Partes. Um Acordo de Co-Propriedade deverá ser elaborado para determinar, principalmente, os termos de proteção e as condições de exploração desses resultados.

Artigo 14: Proteção de dados pessoais

No contexto de sua relação contratual, as partes se comprometem a cumprir os regulamentos aplicáveis ao processamento de dados pessoais e, em particular, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, aplicável a partir de 25 de maio de 2018 (doravante denominado GDPR)

A fim de garantir a conformidade da proteção de dados pessoais neste contrato, as partes se comprometem a cumprir todos os pontos estabelecidos nas Cláusulas Contratuais Padrão ¹.

Qualquer descumprimento dessas obrigações de proteção de dados pessoais por qualquer um dos signatários, sem prejuízo de qualquer processo legal que possa ser movido contra ele, levará à rescisão do contrato, sem aviso prévio, em detrimento exclusivo do parceiro que não cumpriu seus compromissos.

¹ <https://www.cnil.fr/fr/transfert-de-donnees-les-clauses-contractuelles-types-cct-de-la-commission-europeenne>

A Universidade de Rennes e a Universidade Federal da Paraíba compartilharão entre si os dados pessoais dos estudantes que se candidatarem e realizarem o(s) programa(s) de intercâmbio, e trocarão os dados pessoais dos estudantes registrados a fim de administrar e realizar o(s) programa(s) de intercâmbio de forma eficiente.

Portanto, ambas as Partes devem processar esses dados pessoais de acordo com o GDPR ou qualquer lei equivalente reconhecida como adequada pela missão da Comissão Europeia e serão consideradas Controladoras Conjuntas.

Artigo 15: Uso dos nomes e logotipos das Partes

Em sua comunicação relacionada a esta parceria, cada Parte terá o direito de mencionar o nome da outra Parte e, com o consentimento da Parte em questão, usar o logotipo da instituição.

Artigo 16: Duração do Contrato

Este Contrato é firmado por um período inicial de cinco anos.

Após a aprovação pelas autoridades supervisoras relevantes de ambos os países, o acordo entrará em vigor na data de assinatura por ambas as Partes.

Artigo 17: Alteração, revisão e rescisão do Contrato

Este Contrato pode ser alterado a qualquer momento por acordo mútuo por escrito entre as Partes, sem afetar o equilíbrio da parceria.

Após a avaliação realizada nos termos do Artigo 10, este Acordo poderá ser renovado, por acordo mútuo por escrito entre as Partes, por períodos de mesma duração. Em caso de renovação do Acordo, ele estará sujeito ao procedimento em vigor em cada Instituição, sendo que cada uma das Partes será responsável pela obtenção de todas as autorizações necessárias para a validação do Acordo.

O Acordo poderá ser rescindido a pedido de uma ou outra das Instituições, desde que tal pedido seja feito por escrito, com pelo menos seis meses de antecedência da data em que a rescisão entrará em vigor. Em caso de rescisão do Acordo, os alunos que já estiverem participando ou que forem selecionados para participar do programa de intercâmbio terão o direito de concluir ou dar continuidade ao seu período de estudos no exterior.

Artigo 18: Solução de controvérsias

As Partes entendem e concordam que o relacionamento de cada Parte com suas faculdades, departamentos, funcionários e alunos será regido pelas leis em vigor no país da Instituição.

Em caso de dificuldades que surjam na interpretação ou na execução do presente Contrato e de suas alterações, as Partes se esforçarão para resolver o litígio de forma amigável por meio de conciliação direta. Caso as Partes não cheguem a um acordo, a disputa será encaminhada a um Comitê de Mediação composto por três membros: um nomeado pelo Presidente da Universidade de Rennes, um nomeado pelo Presidente da Instituição Parceira e o Presidente do Comitê, nomeado de comum acordo por ambas as Partes.

Se, no prazo de dez dias após o envio da primeira notificação, a disputa continuar, as partes recorrerão ao tribunal competente no território do país do réu, que aplicará a legislação nacional em vigor.

Artigo 19: Idiomas do Acordo

O Acordo foi redigido em seis originais, em francês, em português e em inglês, sendo a versão em inglês a que faz fé.

EM TESTEMUNHO DO QUE, este Contrato é assinado pelos representantes oficiais de cada Instituição.

Assinado em Rennes, em 7/11/2024

Assinado em _____, [data]

Le Président de l'Université de Rennes

Para a Universidade de Rennes,

Presidente

David ALIS

David Alis

Assinado em Rennes, [data]



Para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

O Reitor

Prof. Dr. Valdiney Veloso GOUVEIA.

Valdiney Veloso Gouveia
Reitor - UFPB
Matr. SIAPE 63382349

Para IGR IAE Rennes

O Reitor

Hélène Rainelli Weiss



**Convention de coopération internationale
relative à la mobilité étudiante
dans le cadre d'un programme d'échange bilatéral**

ENTRE

L'Université de Rennes,

Établissement Public à caractère scientifique, culturel et professionnel Expérimental (EPE),
dont le siège est situé 263 avenue du Général Leclerc - 35042 Rennes Cedex – France
représentée par son Président, David ALIS, agissant en qualité en vertu des pouvoirs qui lui sont conférés par la loi et d'une délibération du Conseil d'administration de l'Université de Rennes 1,

Agissant pour le compte de l'Institut de Gestion de Rennes (IGR-IAE de Rennes), situé 11 rue Jean Macé 35708 Rennes Cedex 7,

Représentée par sa directrice, Pr. Hélène Rainelli Weiss, d'une part,

ET

L'Université Fédérale de Paraíba - UFPB, Brésil

Statut Établissement Public d'enseignement, recherche et extension
adresse / siège Avenue President Castelo Branco S/N, Code 58051-900
Représentée par son Président Valdiney Veloso GOUVEIA.

d'autre part,

Ci-après désignées ensemble « les Parties »

VU le code de l'éducation, notamment les articles L 123-7 et D 123-15 et suivants ;

VU le décret n° 2022-1474 du 24 novembre 2022 portant création de l'Université de Rennes ;

VU la délibération de l'organe compétent de l'Université Fédérale de Paraíba en date du 24 mars 2023 approuvant la présente convention ;

PREAMBULE :

L'Université de Rennes, (IGR-IAE) et l'Université Fédérale de Paraíba ont décidé d'élaborer un programme d'échange bilatéral permettant aux étudiants inscrits dans ces établissements, d'effectuer une mobilité internationale dans l'un de ces deux pays, afin de valoriser leur cursus universitaire, de réaliser une période d'études à l'étranger, d'améliorer la maîtrise d'une langue étrangère et de s'enrichir tant sur le plan personnel que professionnel. Les deux établissements intègrent le réseau de l'Institut Franco-Brésilien d'Administration des Entreprises qui a pour objectif de soutenir les relations bilatérales entre le Brésil et la France par la création de réseaux de collaboration scientifique et le transfert de connaissances dans le domaine des sciences de gestion.

Ceci étant exposé, il est convenu ce qui suit:

Article 1 : Objet de la convention

La présente convention a pour objet de déterminer les modalités administratives, financières et pédagogiques de mise en œuvre de la mobilité internationale, dans le cadre du programme d'échange étudiant souhaité par les parties.

Article 2 : Champs disciplinaires

La présente convention concerne tous les domaines disciplinaires communs aux parties.

Article 3 : Objectifs du programme d'échange étudiant

Ce programme d'échange étudiant est élaboré sur une base de réciprocité et s'inscrit dans une démarche de qualité de l'accueil, du suivi et de l'accompagnement des étudiants en mobilité.

Jusqu'à 2 (deux) étudiants de chaque établissement peuvent participer au programme pour l'année universitaire entière. Si l'un ou l'autre établissement ne peut pas respecter le nombre convenu d'étudiants pendant une année donnée, elle pourra envoyer le nombre d'étudiants égal à la différence, l'année suivante dans le respect de la période globale du programme d'échange.

Si l'un ou l'autre établissement souhaite modifier le nombre convenu d'étudiants pendant une année donnée, il devra informer l'autre établissement en Juin N-1 pour un accueil en septembre N.

L'université d'accueil accepte les candidats sélectionnés par l'université d'origine si les critères et les qualifications universitaires mutuellement acceptables sont remplis. Toutefois, l'université d'accueil se réserve le droit de prendre la décision finale concernant l'admission des étudiants en échange.

Si un candidat est refusé, d'autres candidats peuvent être recommandés par l'université d'origine, dans un délai d'un mois.

Les deux universités s'efforcent de transmettre les demandes d'échange dûment remplies au moins quatre mois avant le début du trimestre universitaire.

Dans le cadre du bilan de l'accord, deux étudiants participant au programme d'échange pendant une session/semestre universitaire sont considérés comme équivalents à un étudiant participant au programme pendant deux sessions/semestre universitaire.

Si l'un ou l'autre établissement souhaite modifier le nombre convenu d'étudiants pendant une année donnée, il devra informer l'autre établissement en Juin N-1 pour un accueil en septembre N.

Article 4 : Profil des étudiants / Conditions d'éligibilité au programme d'échange

Le programme d'échange est ouvert aux étudiants diplômés de Rennes et aux étudiants de premier ou deuxième cycle de l'Université Fédérale de Paraíba (UFPB). Les étudiants peuvent participer si :

UFPB : étudiants de premier cycle, poursuivant au moins leur 3ème année d'étude dans le domaine de la gestion, à l'Université Fédérale de Paraíba (UFPB);

Université de Rennes : pour les étudiants, inscrits en Master 1, Master 2 ou en année internationale à Rennes.

Les étudiants doivent déposer leur candidature pour le programme d'échange par l'intermédiaire de leur université d'origine. Les demandes directes faites par les étudiants individuellement ne seront pas acceptées dans le cadre de cet accord.

La sélection des étudiants candidats à ce programme d'échange doit se faire en toute impartialité et de manière transparente.

4-1 Niveau des étudiants candidats / Pré requis

Les étudiants candidats souhaitant participer à ce programme d'échange doivent :

- être régulièrement inscrits dans leur établissement d'origine ;
- avoir des résultats académiques bons à excellents.
- satisfaire à toutes les conditions d'admission spécifiques fixées par l'université d'accueil, y compris les compétences linguistiques (portugais, anglais ou français, B2). Le certificat de langues doit être émis par un établissement officiel reconnu.
- avoir une lettre de recommandation en portugais ou en français.

4-2 Modalités de sélection

Les étudiants candidats sont sélectionnés au sein de leur établissement d'origine par des enseignants compétents dans les disciplines concernées, selon des critères établis d'un commun accord entre les parties, dans le respect de l'article 4-1 de la présente convention.

Article 5 : Durée de la mobilité / Calendrier prévisionnel des périodes d'études

Les étudiants sont inscrits en tant qu'étudiant en échange auprès de l'université d'accueil pour une session/semestre universitaire ou pour une année universitaire au maximum. Une année universitaire à l'Université de Rennes comprend le 1er semestre (septembre - décembre) et le 2e semestre (janvier - avril). Une année universitaire à l'Université Fédérale de Paraíba (UFPB), comprend le 1er semestre (février-juillet) et le 2e semestre (août-décembre).

À la fin du semestre d'études dans l'université d'accueil, les étudiants d'échange doivent rentrer dans leur université d'origine. Aucune prolongation de séjour ne sera autorisée dans l'université d'accueil, sauf accord spécifique avec l'université d'origine.

Article 6 : Inscription des étudiants sélectionnés

Après nomination par leur université d'origine, les étudiants en échange suivent la procédure de candidature en place au sein de l'université d'accueil (formulaire de candidature, candidature en ligne).

Les étudiants en échange doivent fournir à l'établissement d'accueil leur dossier de candidature ainsi qu'une preuve d'assurance médicale au moins soixante (60) jours avant leur arrivée. Il peuvent également faire une demande de logement en résidence universitaire. Le nombre de logements dans les résidences universitaires étant limité, l'attribution d'une chambre n'est pas garantie et les demandes sont traitées selon les disponibilités et les critères d'éligibilité en vigueur. L'assurance médicale sera souscrite conformément à la législation applicable dans le pays d'origine et doit répondre aux exigences de l'université d'accueil. En outre, l'étudiant doit informer l'université d'accueil de son arrivée au moins trente (30) jours avant son départ.

Les candidats sélectionnés sont inscrits de manière régulière, en qualité d'étudiant, dans leur établissement d'origine. Ils payent à ce titre les droits d'inscription universitaires règlementaires dans cet établissement. Ils sont également inscrits sous le statut « étudiants d'échange » dans l'établissement d'accueil. Toutefois, ils ne payent aucun frais à l'établissement d'accueil, ni pour l'inscription, ni pour les cours, ni pour les examens, ni pour l'accès aux laboratoires ou aux bibliothèques, sauf participation exceptionnelle et justifiée à une prestation supplémentaire, d'un montant limité, au même titre que les étudiants locaux.

Article 7 : Modalités de validation de la période d'études

Les cours choisis par l'étudiant au sein de l'offre de formation de l'établissement d'accueil doivent être validés par l'autorité compétente de l'établissement d'origine avant le départ de l'étudiant.

Dans le cadre de ce programme d'échange, les deux établissements s'engagent à reconnaître la valeur académique de la période d'études à l'étranger, par la conclusion d'un contrat d'études signé de l'étudiant et de chaque établissement partenaire. La période d'étude sera ainsi considérée comme équivalente et faisant partie intégrante de la formation dans laquelle l'étudiant est inscrit dans son établissement d'origine.

Ce programme d'échange étudiant n'a pas pour objet l'obtention d'un diplôme étranger. Toutefois, l'établissement d'accueil délivrera aux étudiants les justificatifs nécessaires à la reconnaissance dans son pays d'origine de sa période d'études et utilisera les outils destinés à favoriser la lisibilité du parcours académique. Le cas échéant, les deux universités peuvent accepter les crédits obtenus au sein de l'université d'accueil conformément à leurs règles respectives régissant le transfert des crédits.

Il sera impérativement demandé un rapport de fin de séjour aux étudiants en mobilité par leur établissement d'origine, afin de recevoir un retour sur l'accueil reçu.

Article 8 : Modalités d'accueil et d'accompagnement des étudiants

Dans le respect du principe de réciprocité, les étudiants participant à cet échange sont traités par l'établissement d'accueil comme des étudiants de cet établissement : ils bénéficient des mêmes droits et services ; ils sont soumis à la même réglementation qui doit être portée à leur connaissance, notamment en ce qui concerne les horaires, les règles d'hygiène et de sécurité en vigueur dans l'organisme d'accueil.

8.1. Formalités administratives : papiers d'identité et visa

Il est de la responsabilité de chaque étudiant participant à l'échange d'avoir effectué toutes les démarches obligatoires pour pouvoir se rendre dans le pays d'accueil (carte nationale d'identité, passeport, visa, en fonction du pays) avant son départ. Les établissements partenaires fourniront des informations en ce sens aux étudiants.

8.2. Santé / Assurance / Assistance

Pendant la durée de la mobilité, les étudiants demeurent affiliés à leur système de protection sociale national en qualité d'étudiant. Toutefois, ils devront impérativement souscrire une assurance maladie complémentaire spécifique, valable pour le pays et la durée de la mobilité, et fournir une preuve à l'établissement d'accueil de cette couverture.

Les étudiants non-européens accueillis par l'Université de Rennes devront souscrire au système national d'assurance santé générale dès leur arrivée en France.

Les étudiants doivent être garantis au titre de la responsabilité civile. Quel que soit le pays de destination, ils s'engagent à se couvrir par un contrat d'assistance (rapatriement sanitaire, assistance juridique etc.) et par un contrat d'assurance individuel accident.

Les établissements partenaires s'engagent à donner une information adéquate aux étudiants participant à cet échange.

8.3. Logement / Transport / Dépenses personnelles

Les établissements partenaires ne sont pas responsables des dépenses de logement, de nourriture, de voyage ou toute autre dépense personnelle (y compris les livres). Les étudiants participants sont responsables de ces dépenses.

Toutefois, l'établissement d'accueil s'engage à informer les étudiants sur les possibilités de logements avant leur arrivée et à les aider à rechercher un logement convenable pour la période de la mobilité.

A l'Université de Rennes, lorsque l'étudiant a demandé un logement en résidence universitaire, et que cette demande a été acceptée par le CROUS, une attestation d'affectation lui sera transmise par ce dernier et/ou par les services relations internationales de l'Université de Rennes, comme stipulé sur la demande de visa.

Lorsque l'étudiant a fait le choix de se loger dans le parc privé, et conformément à la réglementation de la location en France, celui-ci devra confirmer lui-même sa location en fournissant tous les documents nécessaires et en réglant les sommes demandées.

L'institution d'accueil se réserve le droit de suspendre la délivrance du relevé de notes si tous ces frais ne sont pas payés.

8.4. Accueil

Les deux universités conviennent de travailler ensemble à l'intégration des étudiants d'échange dans la vie étudiante du campus d'accueil. L'université d'accueil prendra les mesures adéquates pour assurer les conditions de vie essentielles telles que la sécurité physique et la confidentialité des étudiants d'échange. En outre, l'université d'accueil s'efforcera de fournir aux étudiants une orientation à leur arrivée et un système d'aide à l'orientation pour la vie quotidienne. Chaque institut s'efforcera de dispenser une formation dans la langue maternelle du pays d'accueil.

À Rennes, une session d'orientation est organisée pour les étudiants étrangers en échange. Des cours de français langue étrangère sont organisés et les étudiants d'échange sont encouragés à y participer (1 semestre gratuit, un autre semestre payant).

8.5. Aides financières

Les étudiants participants peuvent, le cas échéant, bénéficier des programmes d'aide financière de leur établissement d'origine et de leurs gouvernements respectifs.

8.6. Procédures disciplinaires

Les étudiants en échange doivent respecter les règles, les règlements et le code de conduite de l'université d'accueil.

Si un étudiant en échange est jugé responsable d'une violation de ces règles, règlements et code de conduite, l'université d'accueil se réserve le droit de le renvoyer à tout moment. Le renvoi d'un étudiant n'abroge pas l'accord ou les dispositions concernant les autres participants.

Pendant la période d'inscription, les étudiants en échange doivent respecter les lois et règlements des pays et des universités d'accueil. Les étudiants assument l'entière responsabilité de leurs actes. Les universités d'accueil s'efforcent de fournir aux étudiants les informations nécessaires sur les risques qu'ils pourraient rencontrer pendant l'échange.

Article 9 : Modalités financières

Aucune disposition financière spécifique n'est nécessaire.

Article 10 : Modalités de suivi et de coordination du programme d'échange

Ce programme d'échange est placé sous la responsabilité et la coordination de :

Pour l'IGR-IAE Rennes Graduate School of Management, Université de Rennes, le Bureau international sera compétent (IGR-IAE Rennes - 11 rue Jean Macé - CS 70803 - 35708 Rennes Cedex 7- France).

Courriel : igr.international@univ-rennes1.fr

Pour l'Université Fédérale de Paraíba (UFPB), le contact international suivant sera compétent Prof. Lucilene Klenia Bandeira Rodrigues, responsable du Master en Gestion des Organisations Apprenantes ou Prof. Walmir Rufino da Silva, responsable du programme d'échange.

Courrier électronique : klenia.bandeira@gmail.com; ou walmiruf@uol.com.br

Une évaluation de ce partenariat est effectuée à mi-parcours de sa période de mise en œuvre. Cette évaluation sera réalisée par les coordinateurs susmentionnés.

Article 11 : Clause de confidentialité

Chaque partie s'engage à considérer comme confidentielle toute information échangée entre elles, quelle que soit leur nature (documents, systèmes, logiciels, savoir-faire, méthodes, connaissances), et à n'utiliser celle-ci qu'à l'occasion de l'application de la présente convention.

Chaque partie s'engage à ne pas divulguer ou communiquer à quiconque, sauf aux membres de son personnel qui devraient en avoir connaissance dans le cadre de l'exécution de la présente convention ou de ses avenants, les informations confidentielles fournies. Chaque partie prendra toute disposition pour assurer le respect de ces obligations de secret par son personnel.

La présente obligation ne s'appliquera pas aux informations qui seraient déjà connues par l'autre partie avant leur réception, ou accessibles au public.

Article 12 : Publication

Toute publication ou communication d'informations par l'une des parties relatives aux résultats ou au savoir-faire obtenus dans le cadre du présent accord et de ses avenants est soumise, pour la durée de l'accord et les années suivantes, à l'accord écrit de l'autre partie, qui fait connaître sa décision dans un délai maximum de deux mois à compter de la date de la demande. Passé ce délai et en l'absence de réponse, l'autre partie est réputée refuser l'autorisation de publier et de communiquer les informations.

Ces publications et communications devront mentionner le concours apporté par chacune des parties.

Article 13 : Propriété intellectuelle

13.1 Connaissances antérieures

Chaque partie reste entièrement propriétaire de toutes ses connaissances, de quelque nature qu'elles soient, qu'elles soient protégées ou non par un droit de propriété intellectuelle (brevet, dessin, modèle, marque, droit d'auteur).

13.2 Résultats propres

Chaque partie est propriétaire des résultats obtenus par elle seule pendant la durée de la présente convention et de ses avenants, qu'ils soient protégeables ou non par un droit de propriété intellectuelle. Elle décide seule des mesures de valorisation et de protection à prendre et les engage seule.

13.3 Résultats communs

Les résultats des travaux menés en commun sont la propriété commune des parties. Un contrat de copropriété sera établi afin de déterminer, en particulier, les modalités de protection et les conditions d'exploitation des résultats.

Article 14 : Protection des données à caractère personnel

Dans le cadre de leurs relations conventionnelles, les parties s'engagent à respecter la réglementation applicable au traitement de données à caractère personnel et, en particulier le règlement (UE) 2016/679 du Parlement européen et du Conseil du 27 avril 2016, applicable à compter du 25 mai 2018 (ci-après désigné RGPD).

Afin d'assurer la conformité de la protection des données à caractère personnel de cette convention, les parties s'engagent à respecter tous les points fixés par les Clauses contractuelles types¹.

Tout manquement de l'un ou l'autre des signataires à ces obligations de protection des données à caractère personnel est, sans préjudice des poursuites le cas échéant engagées à son encontre, susceptible d'entraîner la résiliation de la convention, sans mise en demeure préalable, aux torts exclusifs du partenaire n'ayant pas respecté ses engagements.

L'Université de Rennes et l'Université Fédérale de Paraíba partageront les données personnelles des étudiants qui postulent et entreprennent le(s) programme(s) d'échange (mobilités de crédits), et échangeront les données personnelles des étudiants inscrits afin d'administrer et de fournir le(s) programme(s) d'échange de manière efficace

Par conséquent, les Parties sont tenues de traiter ces données personnelles conformément au RGPD ou à toute loi équivalente reconnue comme adéquate par la Commission Européenne et seront considérées comme des Responsables de traitement conjoints.

Article 15 : Utilisation des noms et logos des parties

Chacune des parties pourra faire mention, dans sa communication ayant trait au présent partenariat, du nom de l'autre partie et pourra utiliser, avec l'accord de l'autre, le logo de l'établissement

Article 16 : Durée de la convention

La présente convention est conclue pour une durée initiale de cinq ans.

Elle entrera en vigueur, après approbation des autorités de tutelle compétentes dans les deux pays, à la date de signature par les deux parties.

Article 17 : Modification, renouvellement et dénonciation de la convention

La présente convention peut être modifiée à tout moment par accord mutuel écrit des parties, dans le respect de l'équilibre général de la convention. Après évaluation réalisée conformément à l'article 10, la présente convention peut être renouvelée, par accord mutuel écrit des parties, pour des périodes de même durée. En cas de renouvellement, elle sera soumise à la procédure propre à chaque partie, les parties étant responsables de recueillir pour leur compte les éventuelles autorisations nécessaires à la validation de la convention.

La convention pourra être résiliée à la demande de l'un ou l'autre établissement, à condition que cette demande soit faite par écrit au moins six mois avant que la résiliation puisse prendre effet. Toute résiliation

¹ <https://www.cnil.fr/fr/transfert-de-donnees-les-clauses-contractuelles-types-cct-de-la-commission-europeenne>

doit prendre en compte le droit des étudiants ayant été sélectionnés pour participer à l'échange ou y participant déjà, d'effectuer une mobilité ou de terminer son séjour.

Article 18 : Règlement des différends

Les Parties conviennent que les relations entre l'un des établissements partie à la convention d'une part, et les composantes, les services, les personnels et étudiants d'autre part, seront régies par le droit en vigueur dans le pays de l'établissement.

Si des difficultés surviennent dans l'interprétation ou l'exécution de la présente convention et de ses avenants, les parties s'efforceront de résoudre leur différend à l'amiable par voie de conciliation directe. En cas de désaccord persistant, le litige sera porté devant une commission de médiation composée de trois membres : l'un désigné par le président de l'Université de Rennes ; le second par le président de l'institution étrangère contractante, le président de la commission étant désigné d'un commun accord par les deux parties.

Si aucun règlement amiable ne s'avère possible dans les 10 jours suivant la première notification envoyée, les parties s'en remettent au tribunal compétent sur le territoire du pays du défendeur, lequel appliquera la législation nationale en vigueur.

Article 19 : Langues de rédaction de la convention

La présente convention est établie en six exemplaires originaux, en langue française, en langue portugaise et en langue anglaise, la version en langue anglaise faisant foi.

EN FOI DE QUOI, cette convention a été signée par les représentants officiels de chaque établissement.

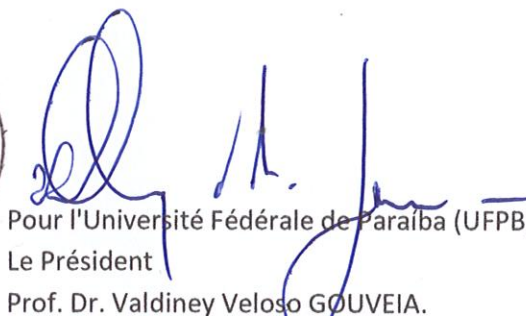
Fait à Rennes, le 7/11/2024

Fait à João Pessoa le

Le Président de l'Université de Rennes

David ALIS

Pour l'Université de Rennes
Le Président
David ALIS
Fait à Rennes, le



Pour l'Université Fédérale de Paraíba (UFPB)
Le Président
Prof. Dr. Valdiney Veloso GOUVEIA.

Valdiney Veloso Gouveia
Reitor - UFPB
Mat. SIAPE 63382349

Pour l'IGR IAE Rennes
La Directrice
Hélène Rainelli Weiss



International Cooperation Agreement on Student Mobility within the framework of a Bilateral Exchange Programme

BETWEEN

The University of Rennes (UnivRen),

Experimental Public Institution of a Scientific, Cultural and Professional nature (EPE),
located at 263 avenue du Général Leclerc – 35045 Rennes Cedex, France,
represented by its President, David Alis, acting in his official capacity under the powers granted to him by law
and by the deliberation of the Board of Governors of the *Université de Rennes 1*,

Acting on behalf of IGR-IAE Rennes, located 11 rue Jean Macé 35708 Rennes Cedex 7,

Represented by its Dean, Pr. Hélène Rainelli Weiss,

on the one hand,

AND

The Federal University of Paraíba - UFPB, Brésil

A public institution of education, research and extension

Address : Avenue President Castelo Branco S/N, Code 58051-900

Represented by its President Valdiney Veloso GOUVEIA.

on the other hand,

Hereinafter referred to as the "Parties".

Having regard to the French Code of Education, and notably Articles L123-7 and D123-15 and following thereof;
Having regard to the decree n° 2022-1474 of 24 November 2022 creating the University of Rennes;
Having regard to the deliberation of the competent body of The Federal University of Paraíba approving this Agreement on March 24, 2023;

Preamble:

The University of Rennes, (IGR-IAE) and the Federal University of Paraíba have decided to develop a bilateral exchange program allowing students enrolled in these institutions, to engage in an international mobility to one of these two countries, in order to enhance their academic curriculum, to conduct a period of studies abroad, to improve their command of a foreign language and to grow both personally and professionally. Both institutions are part of the network of the Franco-Brazilian Institute of Business Administration, which aims to support bilateral relations between Brazil and France through the creation of networks of scientific collaboration and knowledge transfer in the field of management sciences.

Having regard to the aforesaid, the following has been agreed upon:

Article 1: Purpose of the Agreement

The purpose of this Agreement is to determine the administrative, financial and educational terms of the implementation of international student mobility within the framework of the exchange programme that both Parties wish to establish.

Article 2: Subject Areas

This Agreement covers all of the subject areas common to both Parties

Article 3: Purpose of the Student Exchange Programme

This student exchange programme is developed on a basis of reciprocity and falls within a quality approach concerning the welcome, monitoring and support of internationally mobile students.

Up to 2 (two) students from each institution may participate in the program for the entire academic year. If either institution cannot meet the agreed upon number of students in any given year, it may send the number of students equal to the difference the following year within the overall period of the exchange program.

The host university accepts applicants selected by the home university if mutually acceptable academic criteria and qualifications are met. However, the host university reserves the right to make the final decision regarding the admission of exchange students.

If a candidate is not accepted, other candidates may be recommended by the home university within one month.

Both universities commit to sending completed exchange applications at least four months before the start of the academic term.

As part of the assessment of the agreement, two students participating in the exchange program for one academic term/semester are considered equivalent to one student participating in the program for two academic terms/semesters.

In the event of one of the Institutions wishes to change the agreed number of students in a given year, this Institution will have to inform the other Institution in June Y-1 for a welcome in September Y.

Article 4: Student Profile / Eligibility for the Exchange Programme

The exchange program is open to graduate students from Rennes and undergraduate or graduate students from the Federal University of Paraíba (UFPB). Students can participate if:

UFPB: undergraduate students, pursuing at least their 3rd year of study in the field of management, at the Federal University of Paraíba (UFPB);

University of Rennes: for students, registered in Master 1, Master 2 or in the International Year program in Rennes.

Students must apply for the exchange program through their home university. Direct applications from individual students will not be accepted as part of this agreement.

The selection of students for this exchange program must be done in an impartial and transparent manner.

4.1. Level of the Applicants / Pre-requisites

The students applying to participate in this exchange programme must:

- be regularly enrolled in their home institution;
- have good to excellent academic records.
- meet all specific admission requirements laid down by the host university, including language skills (Portuguese, English or French, B2). The language certificate must be issued by a recognized official institution.

- have a letter of recommendation in Portuguese or French.

4.2. Selection Procedure

The students shall be selected within their Home Institution by lecturers who are competent in the relevant subject areas, by the criteria established by mutual agreement of the Parties and with Article 4-1 of this Agreement.

Article 5: Duration of the Exchange / Provisional Dates of the Study Periods

Students are registered as exchange students with the host university for one academic term/semester or for a maximum of one academic year. An academic year at the University of Rennes includes the 1st semester (September - December) and the 2nd semester (January - April). An academic year at the Federal University of Paraíba (UFPB), includes the 1st semester (February-July) and the 2nd semester (August-December).

At the end of the semester of study at the host university, exchange students must return to their home university. No extension of stay will be allowed at the host university, unless specifically agreed upon with the home university.

Article 6: Enrolment of the selected Students

After nomination by their home university, exchange students follow the application procedure in place at the host university (application form, online application).

Exchange students must provide the host institution with their application and proof of medical insurance at least sixty (60) days prior to their arrival. Exchange students may also apply for residence hall housing. As the number of housing units in university residences is limited, the allocation of a room is not guaranteed and requests are processed based on availability and applicable eligibility criteria. Medical insurance will be arranged in accordance with the applicable laws of the home country and must meet the requirements of the host university. In addition, the student must notify the host university of his/her arrival at least thirty (30) days prior to departure.

The selected students shall be enrolled, as normal students, within their Home Institution. As such, they shall be required to pay the regulatory university tuition fees within this Institution.

They shall also be enrolled as "exchange students" within the Host Institution. However, they shall not be required to pay the Host Institution any enrolment, tuition, examination, laboratory or library fees, except for occasional and justified financial participation of a limited amount for additional services, in the same way as students of the Host Institution.

Article 7: Validation of the Study Period

The modules chosen by the students from among those offered by the Host Institution must be approved by the competent authority of the Home Institution, before the departure of the students.

Within the framework of this exchange programme, both Institutions agree to recognise the academic value of the study period abroad by the signature of a study contract between each student and the Partner Institutions. The study period shall thus be considered equivalent and an integral part of the courses the students are enrolled at their Home Institution.

This student exchange programme is not intended for obtaining a foreign degree. The Host Institution shall, however, issue the students with all the necessary documents for the recognition in their home country of their study period abroad, and shall use the tools designed to ensure a clear understanding of the student's academic career.

Where applicable, both universities may accept credits obtained at the host university in accordance with their respective rules governing the transfer of credits.

Mobility students will be expected to submit an end-of-stay report to their home institution, in order to obtain feedback on the welcome they have experienced.

Article 8: Reception Arrangements and Support for the Exchange Students

By the principle of reciprocity, the students participating in this exchange programme shall be treated by the Host Institution in the same way as students belonging to the Host Institution. As such, they shall benefit from the same rights and services and shall be subject to the same regulations, which must be brought to their attention, especially those concerning the study timetables and the health and safety rules in force in the Host Institution.

8.1. Administrative formalities: identity papers and student visas

It is the responsibility of each exchange student to have completed all the necessary formalities to travel to the host country (national identity card, passport, visa, depending on the country) before departure. The partner institutions will provide information on this to the students.

8.2. Health / Insurance / Assistance

Throughout the duration of the study period abroad, the students shall remain affiliated with the health insurance system in their home country. However, they shall be required to take out additional health insurance, valid for the country and the duration of the exchange, and provide proof of this coverage to the Host Institution. Non-European students enrolled at the University of Rennes shall subscribe to the French social security system upon their arrival in France.

The students shall also be required to take out civil liability insurance. Whatever the country of destination, the students shall be required to take out insurance cover for medical care, repatriation on medical grounds, legal assistance, as well as individual accident insurance.

Both Institutions undertake to provide adequate information to the students participating in the exchange programme.

8.3. Accommodation / Travel / Personal Expenses

The Parties shall not be responsible for any accommodation, food, travel and other personal expenses (including books). These expenses shall remain at the charge of the students participating in the exchange programme.

However, the Host Institution undertakes to inform the students about the possibilities of accommodation before their arrival and to help them find suitable accommodation for the duration of the exchange.

At the University of Rennes, if the students have applied for accommodation in a student residence, and this request has been accepted by the CROUS, an allocation certificate will be sent to them by the CROUS and/or by the international relations services of the University of Rennes, as stipulated on the visa application form.

If the students choose to find accommodation in the private rental sector: under French rental regulations, foreign students are responsible for confirming their rental accommodation by providing all necessary documents and paying all sums due.

The host institution reserves the right to suspend the issuance of the transcript if all these fees are not paid.

8.4. Welcoming the Exchange Students

Both universities agree to work together to help integrate exchange students into the student life of the host campus. The host university will take appropriate measures to ensure essential living conditions such as physical security and confidentiality for exchange students. In addition, the host university will endeavor to provide students with an orientation upon arrival and an orientation support system for daily life. Each institute will work to provide training in the native language of the host country.

In Rennes, an orientation session is organized for foreign exchange students. French as a foreign language courses are organized and exchange students are encouraged to participate (1 semester free, another semester for a fee).

8.5. Financial Aid

Students participating in the exchange programme may, where appropriate, benefit from the financial assistance of their Home University and/or government grants or scholarships in their home country.

8.6. Disciplinary procedures

Exchange students must abide by the rules, regulations and code of conduct of the host university.

If an exchange student is found to be in violation of these rules, regulations, and code of conduct, the host university reserves the right to dismiss the student at any time. The dismissal of a student does not abrogate the agreement or arrangements for the other participants.

During the enrollment period, exchange students must abide by the laws and regulations of the host countries and universities. Students assume full responsibility for their actions. Host universities will make every effort to provide students with information about the risks they may encounter during the exchange.

Article 9: Funding

No specific financial arrangements are required.

Article 10: Monitoring and Coordination of the Exchange Programme

This exchange program is placed under the responsibility and coordination of :

For IGR-IAE Rennes Graduate School of Management, University of Rennes, the International Office will be in charge (IGR-IAE Rennes - 11 rue Jean Macé - CS 70803 - 35708 Rennes Cedex 7- France).

Email : igr.international@univ-rennes.fr

For the Federal University of Paraíba (UFPB), the following international contact will be responsible Prof. Lucilene Klenia Bandeira Rodrigues, head of the Master in Learning Organization Management or Prof. Walmir Rufino da Silva, head of the exchange program.

E-mail: klenia.bandeira@gmail.com; or walmiruf@uol.com.br

An evaluation of this partnership will be conducted halfway through its implementation period. This evaluation will be conducted by the above-mentioned coordinators.

Article 11: Confidentiality

Both Parties undertake to treat as confidential all information exchanged between them, whatever its nature (documents, systems, software, know-how, methods, knowledge, etc.), and to use this information only in the implementation of this Agreement.

Both Parties undertake not to disclose or communicate any confidential information to any person other than those members of their staff who require knowledge of said information within the context of the implementation of this Agreement or its amendments. Both Parties shall take the measures necessary to ensure compliance by their staff with these confidentiality obligations.

These obligations shall not apply to any information that is already known by the other Party before its receipt, or that is publicly available.

Article 12: Publication

Any publication or communication by either Party of information about the results or know-how obtained under this Agreement and its amendments shall, for the duration of the Agreement and the following years, require the written consent of the other Party, who shall make its decision known within a maximum period of two months from the date of the request. Once this deadline has expired, and in the absence of a reply, the other Party shall be deemed to refuse authorisation to publish and communicate the information.

These publications and communications shall specify the contribution made by each Party.

Article 13: Intellectual Property

13.1. Prior Knowledge

Each Party shall retain full ownership of its knowledge, whatever the nature of said knowledge, and whether or not it is protected by intellectual property rights (patents, design, model, trademark, copyright, etc.).

13.2. University-specific Results

Each Party shall have full ownership of the results and findings obtained on its own throughout the duration of this Agreement and its amendments, whether or not these results can be protected under intellectual property law. Each Party shall be responsible for deciding and taking, alone, all promotion and protection measures it deems necessary.

13.3. Joint Results

All results and findings obtained within the context of work carried out in common shall be the joint property of the Parties. A Co-Ownership Agreement shall be drawn up to determine, notably, the terms of protection and conditions of exploitation of these results.

Article 14: Personal Data Protection

In the context of their contractual relationship, the parties undertake to comply with the regulations applicable to the processing of personal data and, in particular with Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016, applicable from 25 May 2018 (hereinafter referred to as GDPR)

In order to guarantee the conformity of the protection of personal data in this agreement, the parties undertake to comply with all the points set out in the Standard Contractual Clauses¹.

Any failure by either of the signatories to comply with these obligations to protect personal data shall, without prejudice to any legal proceedings that may be brought against it, lead to the termination of the agreement, without prior notice, to the sole detriment of the partner who has not complied with its commitments.

The University of Rennes and The Federal University of Paraíba will share the personal data of students applying for and undertaking the exchange programme(s) with each other, and will exchange the personal data of registered students in order to administer and deliver the exchange programme(s) efficiently.

Therefore, both Parties must process such personal data per the GDPR, or any equivalent law recognised as adequate by the European Commission and will be considered as Joint Controllers.

Article 15: Use of the Parties' Names and Logos

In its communication relating to this partnership, each Party shall be entitled to mention the name of the other Party and, with the consent of the Party concerned, use that Institution's logo.

Article 16: Duration of the Agreement

This Agreement is entered into for an initial period of five years.

After approval by the relevant supervisory authorities in both countries, it shall enter into force on the date of signature by both Parties.

Article 17: Amendment, Revision and Termination of the Agreement

This Agreement may be amended at any time by the Parties' mutual written agreement, without affecting the balance of the partnership.

After evaluation carried out under Article 10, this Agreement may be renewed, by mutual written agreement of the Parties, for periods of the same duration. In the event of renewal of the Agreement, it shall be subject to the procedure in force in each Institution, with each of the Parties being responsible for obtaining all of the necessary authorisations for the validation of the Agreement.

¹ <https://www.cnil.fr/fr/transfert-de-donnees-les-clauses-contractuelles-types-cct-de-la-commission-europeenne>

The Agreement may be terminated at the request of one or other of the Institutions, provided that said request is made in writing with at least six months' notice before the termination becomes effective. In the event of termination of the Agreement, the students already participating or selected to participate in the exchange programme shall be entitled to complete or follow through on their study period abroad.

Article 18: Settlement of Disputes

The Parties understand and agree that each Party's relationship with its faculties, departments, staff and students shall be governed by the laws in force in the country of that Institution.

In the event of difficulties arising in the interpretation or performance of this Agreement and its amendments, the Parties shall endeavour to resolve the dispute amicably by direct conciliation. Where the Parties fail to reach an agreement, the dispute shall be referred to a Mediation Committee composed of three members: one appointed by the President of the University of Rennes, one appointed by the President of the Partner Institution, and the Chairman of the Committee, appointed by mutual agreement of both Parties.

If within ten days of sending the first notice, the dispute continues, the parties will refer to the competent court in the territory of the defendant's country, which will apply the national legislation in force.

Article 19: Languages of the Agreement

The Agreement is drawn up in six originals, in French, in Portuguese and in English; the English version being the authentic one.

IN WITNESS WHEREOF, this Agreement is signed by the official representatives of each Institution.

Signed in Rennes, on 7/11/2024

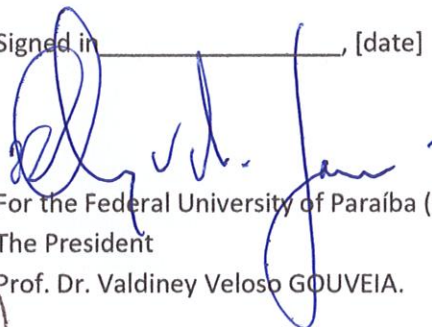
Signed in _____, [date]

For the University of Rennes
Le Président de l'Université de Rennes
President
David Alis

David ALIS



For the Federal University of Paraíba (UFPB)
The President
Prof. Dr. Valdiney Veloso GOUVEIA.



Signed in Rennes, [date]

For IGR IAE Rennes
The Dean
Hélène Rainelli Weiss



Valdiney Veloso Gouveia
Reitor - UFPB
Mat. SIAPE 63382249

